

CAPACIDADES ESTATAIS EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA

Carolina Eing

PONTOS DESTACADOS

- ✔ Embora exista um bom nível profissional especialista em mudanças climáticas no setor público relacionado ao Meio Ambiente, é necessário aumentar o número de contratações, gerar áreas especializadas em outras instituições relacionadas e fortalecer a articulação e coordenação para enfrentar as consequências climáticas de cada país.

Resumo executivo

Quanto às capacidades profissionais, os ministérios do Meio Ambiente de países da América Latina têm profissionais capacitados e especializados em mudanças climáticas. No entanto, geralmente não há pessoas suficientes e há poucas vagas de trabalho estáveis. Por outro lado, torna-se necessário haver profissionais e áreas mais qualificadas nas demais instituições relacionadas às mudanças climáticas e nas organizações subnacionais (principalmente no nível municipal / estadual), a fim de abordar os compromissos de adaptação às mudanças climáticas.

Em relação às capacidades institucionais dos Estados latino-americanos, há uma visão positiva sobre a institucionalidade desenvolvida para enfrentar as mudanças climáticas e, nesse sentido, o principal desafio está no fortalecimento da coordenação entre instituições.

Nesse contexto, são apresentadas oito recomendações a serem consideradas na implementação de políticas climáticas.

Executive summary

In relation to professional capacities, the ministries of Environment of Latin American countries have trained professionals specialized in climate change. However, there tend not to be enough people and there are few stable jobs. On the other hand, it is necessary to have professionals and more qualified areas in the other institutions related to climate change and in subnational organizations (mainly, municipal/departmental level), in order to be able to address the commitments of adaptation to climate change.

Regarding institutional capacities of the Latin American States, there is a positive vision on the institutional framework developed to deal with climate change, and in this sense, the main challenge is to strengthen coordination among institutions.

In this context, eight recommendations are presented to consider in the implementation of climate policies.

Introdução

A história latino-americana em relação ao trabalho diante dos efeitos das mudanças climáticas é bastante desigual, especialmente em termos de adaptação. Há países que começaram há várias décadas e outros que ainda apresentam uma institucionalidade incipiente diante do problema, mas transversalmente se observa que houve avanços importantes.

Para aprofundar as capacidades estatais que permitiram esse progresso, foram realizadas entrevistas com doze informantes-chave de seis países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai), além de uma revisão bibliográfica, a partir da qual foi desenvolvida a seguinte análise.

As capacidades estatais são um componente fundamental no trabalho e desenvolvimento de iniciativas de adaptação frente às mudanças climáticas e, conceitualmente, podem ser entendidas como “as facultades e capacidades que o Estado possui para gerar processos racionais de políticas públicas em condições de autonomia. Por processos racionais de políticas públicas, entende-se a capacidade de contar com os recursos institucionais, organizacionais e humanos necessários para desempenhar suas funções” (1). Propõe-se, então, distinguir entre as capacidades profissionais (como recursos humanos), que se referem ao nível de especialização e capacitação dos funcionários, bem como a quantidade deles para poder desempenhar as tarefas solicitadas; e as capacidades institucionais (como recursos institucionais e organizacionais), que se referem à governança, estrutura organizacional e marco legal que apoiam o trabalho.

Cabe ressaltar que, como diz Bertranou, citado por Ricardo (2), as capacidades estatais não podem ser analisadas em abstrato, mas em relação ao trabalho e à finalidade da organização em estudo. Nesse caso, mais do que somente uma organização, avalia-se a rede responsável pelas políticas públicas relacionadas à adaptação às mudanças climáticas no nível latino-americano.

Desafios

De maneira geral, observa-se que na América Latina houve avanços contínuos em questões climáticas nos últimos anos, ultrapassando mudanças de governo. Em quase todos os países estudados, observa-se o desenvolvimento de um marco institucional e normativo com componentes voltados à adaptação às mudanças climáticas. Existem ministérios dedicados ao meio ambiente; repartições ou departamentos especializados na área, com profissionais competentes em seus trabalhos e assuntos abordados; alguns países criaram espaços para o intercâmbio interinstitucional, em que frequentemente há participação da sociedade civil e da academia; e quase todos têm seus planos e políticas para enfrentar o fenômeno.

No entanto, o que foi dito acima nem sempre funciona como desejado. Por um lado, no nível institucional, existem deficiências significativas nos mecanismos de coordenação, conforme observado nos casos citados a seguir, dos relatórios sobre Lacunas de Conhecimento dos diferentes países, no âmbito do projeto LatinoAdapta:

“[No que diz respeito à capacidade do Estado], os problemas de coordenação e articulação entre diferentes níveis e áreas de governo acrescentam uma dose ainda maior de complexidade aos processos de cocriação, apropriação e uso do conhecimento nas políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas” (Caso Argentina) (3).

“Identificam-se problemas de coordenação e comunicação entre as repartições dentro do mesmo nível [de governo]. Há desconhecimento da governança associada às mudanças climáticas” (caso Chile) (4).

“Falta de coordenação ou cooperação institucional, que causa duplicação de despesas ou recursos” (Caso Costa Rica) (5).

E, por outro lado, um grande desafio recai nos recursos humanos disponíveis para abarcar as necessidades de adaptação.

“A falta de preparação dos recursos humanos limita o progresso nas estratégias de adaptação. Existe um grande déficit de infraestrutura e recursos humanos na autoridade de execução para poder realizar as avaliações” (Caso Paraguai) (6).

“... 46% disse que os órgãos governamentais responsáveis pela elaboração e / ou implementação de medidas de adaptação não dispõem de recursos humanos suficientes e / ou capacitados para analisar e avaliar as informações disponíveis” (Caso Costa Rica) (5).

“As principais dificuldades [na apropriação e uso do conhecimento] identificadas pelos entrevistados devem-se ao fato de as informações não serem integradas, mas segmentadas, os mecanismos de transferência de conhecimento e os recursos humanos atribuídos a esse assunto nos órgãos governamentais que elaboram as ações são insuficientes, e o nível de desagregação geográfica das informações é inadequado” (Caso Uruguai) (7).

“... destaca-se a alta proporção de entrevistados que considera ‘muito relevante’ a insuficiência ou pouca capacidade dos recursos humanos para analisar e avaliar as informações disponíveis” (Caso Chile) (4).

Como o presente trabalho é necessariamente de natureza exploratória —uma vez que não há informações específicas sobre as capacidades do Estado em termos de adaptação às mudanças climáticas—, o diagnóstico preparado está principalmente relacionado aos resultados dos relatórios nacionais desenvolvidos no âmbito do projeto LatinoAdapta, combinado com as respostas obtidas nas entrevistas que foram realizadas. A partir disso, quatro principais limitações foram identificadas:

→ **Falta de pessoal permanente.** Manifesta-se, transversalmente, em todos os entrevistados a importância de obter mais funcionários responsáveis pelo assunto para lidar com as necessidades existentes. Faz-se referência à precariedade nas contratações dos escritórios de mudanças climáticas: embora existam algumas vagas fixas, há muitos profissionais contratados para projetos específicos que, ao finalizar seu período, muitas vezes não continuam seu trabalho no governo. Os entrevistados demonstram preocupação com a alta rotatividade, o que envolve altos custos, além de poder gerar perda de continuidade nos processos e fuga de conhecimentos e experiências (8). Esse problema está associado ao baixo orçamento disponível para contratações na área.

→ **Falta de instrumentos de capacitação em adaptação.** Em todos os casos, os entrevistados apontaram a falta de fomento para melhorar a capacidade dos funcionários em matéria de adaptação e de mudanças climáticas em geral. Por um lado, não há mecanismos permanentes de capacitação e especialização em questões específicas de mudanças climáticas. Isso se refere a instrumentos estatais de fomento constante à formação de seus profissionais, por meio dos quais os funcionários são incentivados a aprender e aprofundar as questões trabalhadas, seja por meio do financiamento de cursos de pós-graduação ou gerando, por parte do Estado, esse tipo de cursos (através de plataformas próprias). Por outro lado, existe uma baixa oferta de programas formais de especialização associados a questões de adaptação (como gestão integral costeira, gestão de áreas protegidas, planejamento urbano sustentável, entre outros). No entanto, existem algumas instâncias de capacitação informal nas quais funcionários públicos podem se inscrever. Em todos os países estudados existem plataformas de capacitação para funcionários públicos (9), mas elas são principalmente orientadas para outras questões e, eventualmente, surgem cursos que têm alguma relação com a adaptação. Alguns exemplos disso podem ser vistos nos quadros 1 e 2.

→ **Fracas capacidades no nível subnacional.** Apesar de não serem encontradas informações específicas em relação às capacidades subnacionais no campo das mudanças climáticas na América Latina, a partir dos atores entrevistados se propõe que, sob o nível nacional, as capacidades são notoriamente mais baixas, tanto institucionais quanto profissionais. Embora existam municípios / estados / cantões maiores com boas capacidades (especialmente nas metrópoles), a maioria é menor e com menos recursos. Quanto ao tema adaptação ou mudanças climáticas, foi mencionado que muitas vezes não há área especializada e não há profissionais especializados dedicados a ela. De maneira geral, a literatura também expõe a precariedade de contratações nos governos locais, o que afeta as capacidades: baixos salários, alta rotatividade de pessoal (devido a mudanças na administração), profissionais pouco preparados, infraestrutura deficiente (10-12).

→ **Coordenação deficiente.** Segundo todos os entrevistados, um dos principais desafios é a coordenação com os diferentes setores, o que é dificultado quando não há um ponto focal capacitado e empoderado sobre o assunto nos ministérios. Isso piora quando os funcionários responsáveis pela observação das questões relacionadas às mudanças climáticas observam, além disso, muitos outros assuntos, o que diminui sua capacidade de abordá-las adequadamente. Essa análise coincide com o que é declarado nos relatórios de diagnóstico da LatinoAdapta e destaca, por sua vez, a falta de cooperação entre instituições e a fragmentação do trabalho e da informação (3, 9, 13) que também afeta a coordenação.

Recomendações para o fortalecimento das capacidades estatais

Pode haver grandes avanços no nível de institucionalidade climática e de vontades políticas para avançar em mecanismos de adaptação, mas se não houver capacidade profissional ou coordenação suficiente entre as partes envolvidas, qualquer tentativa de concretizar as políticas será limitada e o progresso será mais lento do que o esperado.

Nesse contexto, surgem as seguintes recomendações para fortalecer as capacidades estatais e, assim, atingir as metas de adaptação dos diferentes países.

1. Formalizar contratações de pessoal na área de mudanças climáticas

É preciso dar conta da necessidade de gerar maior estabilidade nas equipes de trabalho, para manter conhecimentos e experiência dentro do Estado. Para isso, é importante aumentar o número de vagas de contratação (e, portanto, aumentar o orçamento alocado para isso), considerando os requisitos, compromissos e funções da área.

Da mesma forma, propõe-se, para os casos que ainda não existam, contar com uma equipe de profissionais especialmente dedicados às questões de adaptação às mudanças climáticas, dada a importância de destacar essa questão como a alternativa para enfrentar os efeitos que já estão sendo percebidos nos territórios.

2. Fortalecer a capacitação dos funcionários públicos em adaptação

A adaptação é uma questão transversal a muitas áreas de governo, não apenas relacionado ao meio ambiente, tornando-se cada vez mais importante para funcionários de vários setores (infraestrutura pública, planejamento urbano e rural, habitação, energia, transporte, saúde, etc.) internalizar os conceitos e integrá-los ao seu trabalho, a fim de gerar ações e produtos que considerem as tendências e previsões relacionadas à variabilidade climática e seus efeitos.

Abaixo são apresentadas quatro propostas relacionadas à capacitação; e nos quadros 1 e 2, alguns casos de capacitação estatal.

a. Aumentar a oferta de capacitação em matérias relacionadas à adaptação às mudanças climáticas. Para isso, é necessária uma estreita relação com a academia e com especialistas para gerar cursos específicos e cursos de pós-graduação que incentivem o desenvolvimento de iniciativas de formação profissional em torno da adaptação às mudanças climáticas em diferentes áreas. Deve-se ressaltar que esses cursos podem estar alojados nos sistemas de capacitação de cada país e não é necessário desenvolver algo novo. Também é recomendável promover o desenvolvimento de capacitações informais, como cursos de curta duração, oficinas, seminários e outras instâncias que possam fornecer conhecimentos específicos aos funcionários. Alguns exemplos que existem atualmente são as oficinas desenvolvidas pelas redes de municípios para as mudanças climáticas na Argentina e no Chile (RAMCC e REDMUNICC, respectivamente, em espanhol), cursos da Faculdade de Ciências Sociais (FLACSO) ou agências das Nações Unidas (CEPAL, PNUD, FAO etc.), bem como instâncias organizadas por órgãos públicos responsáveis pelas mudanças climáticas.

b. Promover a capacitação nessas áreas. É importante manter os profissionais capacitados e atualizados sobre as tendências e conhecimentos relacionados às mudanças climáticas e às alternativas de adaptação. Para isso, deve haver um sistema formal de incentivo e promoção de capacitação: os funcionários devem ser incentivados a se inscrever e participar ativamente, com financiamento, tempo disponível para a participação nas aulas, com associação a uma carreira funcional. Além disso, recomenda-se priorizar cursos a distância, ou e-learning, que permitam atingir diferentes locais em cada país.

c. Fortalecer as capacidades no nível subnacional. É necessário que, dentro do planejamento e organização nacional das mudanças climáticas, exista um espaço dedicado ao desenvolvimento das capacidades municipais, uma vez que, em geral, os níveis mais baixos de governança tendem a ter maior dificuldade de acesso aos recursos. É importante considerar a relevância e a aplicabilidade dos cursos, e não perder de vista questões mais básicas, como a disponibilidade de computadores com acesso à Internet e o tempo dos funcionários (em relação ao número de assuntos abordados).

d. Capacitar os tomadores de decisão. É necessário que os tomadores de decisão manejem adequadamente os termos tratados e possam ser capazes de analisar informações, especialmente em uma área como a adaptação às mudanças climáticas, que tem um escopo multidisciplinar e, portanto, requer uma avaliação que ultrapasse o setor específico em que se localiza.

Quadro I

Academia de SUBDERE – Chile (14)



Academia de Capacitação voltada a preparar e aperfeiçoar o capital humano dos níveis municipal e regional. São desenvolvidos cursos, especializações e seminários credenciados.

Os temas abordados são diversos, com inclusão também de alguns relacionados à adaptação às mudanças climáticas (por exemplo: Gestão Ambiental Municipal e Gestão de Resíduos).

Para mais informações: www.academia.subdere.gov.cl/

Quadro II



Programa Capacidades – Brasil (15)

Programa de capacitação de funcionários públicos em políticas públicas de gestão urbana integrada, com especial foco no planejamento urbano em municípios. Também oferece capacitação para a sociedade civil.

Para mais informações: www.capacidades.gov.br

3. Desenvolver áreas de Mudanças Climáticas nos diferentes ministérios relacionados ao tema

É proposto o estabelecimento em cada ministério de uma área exclusivamente responsável pela integração das mudanças climáticas em seu setor. Essa missão está diretamente relacionada ao trabalho interinstitucional sobre o assunto, razão pela qual as pessoas encarregadas possam trabalhar em coordenação com os outros ministérios.

4. Alocar recursos em níveis subnacionais para a contratação de pessoas ou equipes capacitadas em adaptação às mudanças climáticas

Os efeitos das mudanças climáticas afetam diretamente o território, e é essencial que as consequências previstas sejam consideradas. Portanto, é necessário que os municípios estejam integrados, em nível nacional, nas estratégias de adaptação às mudanças climáticas. Dessa maneira, é importante conceder-lhes atribuições e responsabilidades específicas acompanhadas, necessariamente, por recursos. Uma parte fundamental desses recursos deve ser humana, com pelo menos um profissional para lidar diretamente com o assunto e que o aborde, idealmente, de maneira transversal com outras áreas de trabalho.

5. Fortalecer os mecanismos de coordenação

Devido à interdisciplinaridade das questões climáticas, uma capacidade fundamental é a de articular e coordenar as diferentes áreas envolvidas. Portanto, é importante considerar esse aspecto ao selecionar profissionais que serão responsáveis pelas questões de mudanças climáticas em cada serviço público. Muitas vezes, os cargos do tipo “consultoria” são escolhidos por fatores políticos. No entanto, por ser uma questão técnica que geralmente possui um forte componente científico, é importante que as pessoas encarregadas lidem bem com o assunto e, idealmente, sejam especialistas na área, sem deixar de lado outros tipos de conhecimento e capacidades que contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas.

Por outro lado, propõe-se institucionalizar os processos de envolvimento dos diferentes atores públicos (e mesmo com outros setores, como privado, sociedade civil e academia). Isso significa: estabelecer formalmente como as questões relacionadas às mudanças climáticas serão abordadas, com enfoque principalmente na maneira de alcançar uma adaptação adequada aos seus efeitos. O quadro 3 apresenta um caso uruguaio, que se mostrou bem-sucedido, na coordenação de instituições em relação às mudanças climáticas.

Quadro III



Sistema Nacional de Resposta às Mudanças Climáticas e Variabilidade (SNRCC, sigla em espanhol) – Uruguai

Em operação desde 2009, é uma instância de coordenação de instituições públicas —de nível nacional e subnacional— e privadas para planejar e trabalhar em conjunto ações para a prevenção dos riscos climáticos e para enfrentar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Este sistema foi referência dentro da região e foi adotado por diferentes países.

Para mais informações: <http://www.mvotma.gub.uy/snrcc-inicio>

6. Promover a geração de redes e associações de trabalho

Há a necessidade de trabalhar sinergicamente para abordar a adaptação a partir das múltiplas arestas que a afetam. Essa sinergia deve ser orientada para um trabalho conjunto de instituições públicas (nacionais e subnacionais) com a academia, empresas privadas e sociedade civil. Nessas instâncias de colaboração e cooperação, também surgem conhecimentos e experiências muito valiosos para a tomada de decisões e o desenvolvimento de trabalhos.

Da mesma forma, essas redes ou associações podem concentrar seus esforços no fortalecimento das capacidades do grupo que reúne, com cursos, oficinas, seminários, etc. Uma história de sucesso é a Rede Argentina de Municípios para as Mudanças Climáticas (16), que reúne mais de 190 municípios e incentiva a mobilização de recursos e a coordenação tanto entre os municípios como entre outras instituições, o que promove as capacidades do conjunto de instituições. Outro caso interessante a ser estudado é o do Registro Único de Associações Municipais do Chile (17), implementado a partir do Estado através da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo, para impulsionar a associatividade entre municípios, com benefícios como fundos especialmente destinados às associações registradas.

7. Revalorizar a experiência profissional

Às vezes, a estrutura pública pode ser muito rígida sobre o que é possível e o que não é possível fazer quanto ao trabalho planejado anualmente. No entanto, dentro do planejado, há maior flexibilidade na maneira de alcançar o produto esperado. Apresenta-se então a proposta de gerar espaços de inovação e criatividade para a geração de novas ideias sobre como lidar com os desafios da adaptação. Embora o conceito de inovação esteja geralmente associado ao uso de tecnologias e a questões econômicas, há também uma área interessante para a inovação em políticas públicas (18). Um exemplo disso seria promover uma cultura organizacional no interior do departamento ou área de mudanças climáticas, com o objetivo de encontrar soluções inovadoras para os problemas atuais e previstos dos efeitos das mudanças climáticas. Além disso, isso poderia provocar a entrada de jovens especialistas e criativos nos órgãos estatais, motivados pela possibilidade de serem fatores de mudança.

Referências

1. Rodríguez J. Capacidad estatal subnacional en Uruguay. Aproximación a un modelo de mediación aplicado a las intendencias departamentales. Tesis de Maestría. Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Ciencia Política. Universidad de la República (Uruguay); 2012. p. 10.
2. Ricardo E. Capacidad Estatal, Brechas de Capacidad y Fortalecimiento Institucional. *Análisis Político*. 2016; 29 (87); 2016. p. 60-76. Disponible em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/60720/60419>
3. Ryan D, Scardamaglia V, Canziani P. Brechas de conocimiento en adaptación al cambio climático. Informe de Diagnóstico Argentina. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones. Programa UNITWIN de UNESCO, Proyecto LatinoAdapta; 2018. pp. 33, 35, 42.
4. Bustos E, Marinkovic C, Harris J, Salas A. Brechas de conocimiento en adaptación al cambio climático. Informe de Diagnóstico Chile. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones. Programa UNITWIN de UNESCO, Proyecto LatinoAdapta; 2018. pp. 43, 48.
5. Morales M. Brechas de conocimiento en adaptación al cambio climático. Informe de Diagnóstico Costa Rica. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones. Programa UNITWIN de UNESCO, Proyecto LatinoAdapta; 2018. pp. 31, 37.
6. Lima Morra M, Centurión D, Speranza Y, Fleitas R, Rojas de Arias A. Brechas de conocimiento en adaptación al cambio climático. Informe de Diagnóstico Paraguay. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones. Programa UNITWIN de UNESCO, Proyecto LatinoAdapta; 2018. pp. 44.
7. Rosas F, Trimble M, Mazzeo N, Ciganda AL, Zurbriggen C, Santos P. Brechas de conocimiento en adaptación al cambio climático. Informe de Diagnóstico Uruguay. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones. Programa UNITWIN de UNESCO, Proyecto LatinoAdapta; 2018. pp. 31, 36.
8. Billikopf, G. 2003. Administración Laboral Agrícola: Cultivando la Productividad del Personal. Universidad de California. Pág. 223. Disponible em: <https://nature.berkeley.edu/ucce50/agro-laboral/7libro/AgroLaboral.pdf>
9. Algunos son INAP en Argentina, ENAP en Brasil, ICF de Uruguay, INAPP en Paraguay, CICAP en Costa Rica y diversas plataformas en Chile: Academia SUBDERE, CEA y Formando Líderes.
10. Cubillo M., Rivera A, compiladoras. Memoria Congreso Internacional de Red-e-mun: "Los retos de los gobiernos locales en la sociedad del conocimiento". Universidad de Costa Rica. CICAP; 2015. p. 26.
11. Informe Nacional de Capital Humano Municipal. Asociación de Municipalidades de Chile. Escuela de Gobierno Local; 2019. pp. 24, 32.
12. Cravacuore D. Gobiernos locales en Argentina. En: José M. Ruano y Camilo Vial, editores. Manual de gobiernos locales en Iberoamérica. Santiago de Chile: CLAD y Universidad Autónoma de Chile; 2016. pp 28-29.
13. Jacobi RP, Côrtes PL, Torres PH, Monzoni M, Xavier Nicolletti M, Borba Lefevre G, et al. Lacunas de conhecimento em adaptação às mudanças climáticas. Relatório Diagnóstico Brasil. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones. Programa UNITWIN de UNESCO, Proyecto LatinoAdapta; 2018. p. 23.
14. Academia de Capacitación de la Subsecretaría de Desarrollo Regional y Administrativo – SUBDERE, Chile. Revisado en línea en: <http://www.academia.subdere.gov.cl/>
15. Programa Nacional de Capacitação das Cidades, Ministerio das Cidades, Brasil. Disponible em: <http://www.capacidades.gov.br/>
16. Red Argentina de Municipios frente al Cambio Climático. Disponible em: <http://www.ramcc.net>
17. Registro Único de Asociaciones Municipales con Personalidad Jurídica de Derecho Privado. Unidad de Asociativismo y Gobernanza Territorial. Subsecretaría de Desarrollo Regional y Administrativo (SUBDERE) de Chile. Disponible em: <http://asociativismo.subdere.gov.cl/>
18. Esguevillas J. Innovación, políticas públicas locales y cohesión social en América Latina. Colección de Estudios sobre Políticas Públicas Locales y Regionales de Cohesión Social. Programa URB-AL III (Unión Europea). Diputación de Barcelona; 2013.

Este documento faz parte do projeto LatinoAdapta: Fortaleciendo vínculos entre a ciência e os governos para o desenvolvimento de políticas públicas na América Latina, executado pela Rede Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões - Programa UNITWIN da UNESCO, liderado pela Fundação AVINA e financiado pelo International Development Research Centre (IDRC) do Canadá. O projeto foi implementado em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai.

A Rede Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisão ou qualquer pessoa agindo em seu nome não são responsáveis pelo uso que possa ser feito das informações contidas nesta publicação. As opiniões expressas neste estudo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente os pontos de vista da Rede Regional sobre Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões. As opiniões expressas neste documento são da exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as da rede acima mencionada.



Capacidades estatais em adaptação às mudanças climáticas na América Latina por Eing Cruchaga, C. 2019. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones is licensed under a Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional License

AUTOR

Carolina Eing Cruchaga

Socióloga Ambiental. Consultora em meio ambiente e adaptação às mudanças climáticas. carolinaeingc@gmail.com

TRADUTORA

María Noel Melgar

CORRETOR DE ESTILO

Felipe Fossati

REVISORES

Paula Ellinger

Enrique Maurtua Konstantinidis

DESENHO GRÁFICO

Hola

hola@holaestudiocreativo.com

EDIÇÃO GERAL

Paula Bianchi

Policy Brief 2019

LIDERA



COORDENA



FINANCIA



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura



Red UNITWIN de Cambio Climático y Toma de Decisiones

